

# Arquivologia custodial ou pós custodial? Eis a questão?

Maria Cristina Vieira de Freitas

**Como citar:** FREITAS, M. C. V. de. Arquivologia custodial ou pós custodial? Eis a questão?. *In:* JORENTE, M. J. V.; PADRÓN, D. I. (org.). **Una Mirada a la ciência de la información desde los nuevos contextos paradigmáticos de la posmodernidad**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 13-42.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2017.78-85-7983-904-7.p13-42>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# CAPÍTULO 1

## ARQUIVOLOGIA CUSTODIAL OU PÓS-CUSTODIAL? EIS A QUESTÃO.

*Maria Cristina Vieira de Freitas*

### 1 INTRODUÇÃO

*[...] To be, or not to be, that is the question:  
Whether 'tis nobler in the mind to suffer  
The slings and arrows of outrageous fortune,  
Or to take arms against a sea of troubles,  
And by opposing end them? To die, to sleep,  
No more [...]  
(Hamlet, William Shakespeare, 1564-1616)*

Questões como o documento eletrônico<sup>1</sup> ou a custódia dos documentos encontram-se em voga na agenda arquivística há pelo menos quatro décadas. Não como um modismo, mas como um problema ocasionado, segundo Castells (2007) por um conjunto de mudanças produzidas pela sociedade global, mais perceptíveis a partir dos anos 70 do século

---

<sup>1</sup> Embora atualmente haja uma tendência para o emprego do conceito “documento digital”, optaremos nesse texto pelo uso exclusivo do termo “documento eletrônico”, em respeito ao seu uso consagrado nos contextos e na época sobre a qual nos iremos debruçar.

XX. Estas transformações, evolucionárias (ou contínuas e incompletas) em alguns aspectos e revolucionárias (ou descontínuas e completas) noutros, convergem para um denominador comum, que atende pela designação de tecnologias de informação e comunicação. Estas, por sua vez, são o reflexo visível de outras transformações desencadeadas numa escala global e de modo heterogêneo, porque não impactam todas as sociedades da mesma forma e ao mesmo tempo.

O novo paradigma, como vem sendo conhecido, altera a sociedade global de uma forma irreversível, forçando a rápida adaptação dos/as profissionais de informação às novas configurações dos seus espaços. Sem usar da retórica da simplificação, consideramos válido dizer que a questão das tecnologias e dos seus impactos sociais induz à ideia – por vezes, questionável – de uma profunda e rápida transformação, cuja velocidade leva a que sejamos apanhados de surpresa em meio a muitas das suas inovações, com o agravante de termos de responder afirmativamente em vários dos quadrantes em que os seus problemas se desenham.

Os pilares da Arquivologia<sup>2</sup> foram abalados por estas transformações radicais. De tal forma, que desde há algumas décadas, vimos assistindo a uma profunda e profícua reflexão sobre os seus modos de agir, de pensar e de perceber (numa acepção sociológica), reflexão esta que vem repercutindo nos seus espaços mais visíveis de produção e de divulgação científica ao nível internacional, e que tem intensificado os debates em torno do problema, sem indícios de um abrandamento. No bojo destas questões são tratados alguns dos aspetos iminentes do que comumente se identifica como a dicotomia entre o documento convencional e o documento eletrónico, ou a era custodial e a era pós-custodial.

O avanço tecnológico e a explosão informacional têm exigido dos/as profissionais de informação um crescente empenho. De tal ordem que, nos arquivos, propugna-se, desde há quatro décadas, por um ajustamento às novas demandas sociais e profissionais. As atividades e as tarefas desenvolvidas pelos/as arquivistas contemporâneos/as já não podem cingir-se apenas às funções consideradas capitais para a guarda e o zelo pela in-

---

<sup>2</sup> Aqui entendida como disciplina científica, atendendo à demarcação realizada por Duranti e Franks (2015, p. 84).

tegridade dos documentos. As necessidades de informação atuais impõem novas formas de agir, de pensar e de perceber o meio e os seus fatores condicionantes, de modo a que com uma correta leitura do momento, possam ser promovidas as necessárias transformações da realidade.

Essa mudança leva a indefinições sobre velhas e novas perspectivas de enquadramento. Como resumiu, há algum tempo, Alberch i Fugueras (2000), os/as arquivistas, por um lado, devem apoiar-se em métodos de organização e de representação da informação que os coloquem em contato com as modernas tecnologias. Por outro, precisam manter-se com o firme propósito de atuar como guardiães/ãs da memória e como aliados/as da democracia e dos direitos dos/as cidadãos/ãs, tornando reais as possibilidades de os arquivos estarem disponíveis no futuro. A nosso ver, esse posicionamento profissional cambiante, fruto de uma realidade em transição, não os/as livra dos estereótipos adquiridos no passado, nem os afasta do perigo do excessivo apego ao paradigma tecnológico ou lhes garante a visão de um futuro profissional mais promissor e com algum reconhecimento social.

Com base nessas reflexões, propomo-nos discutir algumas das questões que se encontraram e ainda se encontram, em certos casos, em voga na atualidade, dentro de um marco conceitual internacional, de modo a sistematizarmos o conhecimento sobre esses assuntos. Nesse intento, serão analisados textos publicados por autores/as incontornáveis nessas matérias, nos últimos 40 anos, seguindo, tanto quanto possível, uma linha retrospectiva e evolutiva de aparição dos diversos assuntos, de modo a contextualizar as reflexões. Finalmente, concluiremos com algumas explicações de ordem geral acerca dos aspetos levantados. Como limitação evidente dessa nossa opção metodológica, o que a sujeita naturalmente às críticas, referimos tratar-se de uma análise vista a partir daquele que consideramos, por força das razões históricas, ser o centro irradiador do problema, tendo isso nos obrigado a adiar a inclusão de outras vozes igualmente importantes<sup>3</sup>, ficando esta tarefa por cumprir numa próxima oportunidade.

---

<sup>3</sup> Sobre as preocupações dos/as arquivistas brasileiros/as, em face do contexto da automatização dos arquivos, sugerimos consultar a seguinte dissertação de mestrado: Negreiros, L. R. (2007). *Sistemas eletrônicos de geren-*

## 2 DAS BASES FUNDACIONAIS DA ARQUIVOLOGIA ÀS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E A SUA REPERCUSSÃO NOS ARQUIVOS

*“Eu, Assurbanípal, li todos os escritos acumulados pelos príncipes meus predecessores. Reuni estas tabuletas, fi-las transcrever e, colecionando-as, marquei-as com meu nome, para conservá-las em meu palácio”*

A epígrafe que abre esta seção, atribuída a um supostamente “esclarecido déspota” do Crescente Fértil, Assurbanípal<sup>4</sup>, fornece o *leitmotiv* para a análise da importância atribuída, quer ao uso, quer à custódia e à propriedade dos documentos, como frutos de ideias e de práticas que nos foram legadas pelas civilizações do passado, sendo no presente frequentemente aludidas nos, agora clássicos, manuais de arquivística publicados no decorrer do século XX.

A origem dos arquivos é, como sabemos, muito antiga, embora tenham restado poucos vestígios da sua constituição original e dos processos de tratamento desenvolvidos em muitos deles. Estas instituições, ao longo da história, passaram por alterações significativas no que tange ao seu papel político e social. Na Europa de até ao século XVIII, por exemplo, é inegável a função de guarda dos documentos vinculada à necessidade de manutenção de direitos e de privilégios. Esta realidade só começa a alterar-se no terço final do século e com a Revolução Francesa, que representou um marco significativo nessa mudança<sup>5</sup>. Na América, também o processo de independência das colônias promoveu a institucionalização dos arquivos. Via de regra, esse processo serviu para consolidar a sua posição enquanto repositórios e baluartes de uma identidade nacional emergente<sup>6</sup>. Assim, os arquivos históricos nacionais passariam a assumir, diremos nós, e a gosto da mentalidade da época, o “romântico” papel de guardiães da identidade e da memória nacional, e lugares de referência dessa mesma memória, transmissível às próximas gerações.

---

*ciamento de documentos arquivísticos: um questionário para escolha, aplicação e avaliação.* Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, M.G., Brasil.

<sup>4</sup> Assurbanípal, rei da Assíria no período de 668 a 627 a.C.

<sup>5</sup> Descrições que podemos encontrar, por exemplo, em Bradsher (1990), Gagnon-Arguin (1998) e Schelleberg (1973).

<sup>6</sup> Conclusões verificáveis em Jardim (1995, p. 58).

Um século após, com os seus princípios basilares já enunciados<sup>7</sup>, a Arquivologia inicia-se num processo de busca pela autonomia disciplinar, feito que, entretanto, não se consolidaria antes da segunda metade do século seguinte, o XX, quando novamente, e sob forte “ameaça” das tecnologias de informação e comunicação, iniciar-se-ia em novas contendas. Assim sendo, a Arquivologia assume-se como uma ciência com um corpo de conhecimentos estruturado num tempo relativamente recente. Esse processo, não por acaso, encontra-se estreitamente relacionado com os problemas gerados na altura e após a Segunda Grande Guerra, em que se assistiu à polarização da sociedade, dividida entre o avanço desenfreado das tecnologias, por um lado, e da explosão incontida da documentação, por outro.

De acordo com o Conselho Internacional dos Arquivos (CIA, 1997), a evolução das tecnologias pode ser resumida em três fases historicamente consecutivas. A primeira, carinhosamente conhecida como a “era do mainframe”, entre os anos 40 e 50, foi marcada pelo uso destes computadores robustos, que efetuavam cálculos muito específicos. Os dados eram inseridos num sistema central, gerando grandes volumes de relatórios contabilísticos e estatísticos. Inicialmente, essas máquinas eram caras e difíceis de manejar, necessitando de apoio técnico especializado. Na década de 60, entretanto, barateou-se o seu custo e criou-se o acesso simultâneo e em mais de um posto, surgindo novos *softwares* preparados para novas rotinas (*e.g.*, edição de gráficos e de textos) e para mais de um/a usuário/a. Tais alterações tecnológicas possibilitaram às organizações a elevação da soma das atividades possíveis com o apoio do computador. No início dos anos 80, e já numa segunda fase, ocorreu uma nova e radical mudança, provocada pela introdução do computador pessoal, afetando a produção, o controle e a gestão dos documentos no meio eletrónico. Ainda, por força de um sistema com tecnologia descentralizada, as decisões sobre o uso e a armazenagem dos dados passaram a ser alvo do controle de pequenos grupos de usuários/as, algo que até então não tinha sido possível. Outra mudança significativa foi a disponibilidade e acessibilidade destas máquinas, postas no mercado para atender às pequenas organizações, que passaram a

---

<sup>7</sup> Como sabemos, na clássica obra de Müller, Feith e Fruin (1960).

automatizar processos e a desenvolver aplicações<sup>8</sup>. Finalmente, o terceiro período é, compreensivelmente, conhecido como a era das redes, em alusão ao advento desta classe de tecnologia, a partir de meados dos anos 80, proporcionando a integração dos computadores e das telecomunicações em sistemas únicos, baseados nos protocolos de comunicação da Internet, que em pouco tempo se expandiram à escala mundial. Do ponto de vista tecnológico, inaugurou-se uma era dos sistemas distribuídos e das arquiteturas do tipo cliente-servidor, passando os documentos a ser criados, enviados e recebidos de uma forma sem precedentes (CIA, 1997, p. 15).

Ditas transformações repercutiram nos arquivos, sob distintas formas e para atender a várias necessidades. Vejamos, pois, na sequência, algumas das chamadas de atenção que passaram a fazer parte da realidade destas instituições e de seus profissionais desde os seus centros irradiadores de conhecimentos.

Entre os/as norte-americanos/as e com o crescimento notável da documentação legível por máquina, surgiram, nos anos 70, algumas iniciativas institucionais nacionais<sup>9</sup>, voltadas para a avaliação arquivística. A propósito do tema, Dollar (1978)<sup>10</sup> analisou os programas institucionais norte-americanos existentes na altura, confirmando que os mesmos se centravam em estratégias de racionalização e na geração de regras e de critérios específicos à avaliação desses novos documentos, destacando-se entre eles a inspeção física regular para a verificação da legibilidade. Pouco depois, Dollar e Geda (1979)<sup>11</sup> confirmaram que a Sociedade dos Arquivistas Americanos tinha intenção de avaliar, num prazo de cinco anos, os impactos

---

<sup>8</sup> Também para Vajcner (1997, p. 1) o surgimento do computador teve um impacto profundo na sociedade moderna, sendo ineludivelmente uma parte integrante da gestão de muitas organizações. Igualmente, e resumindo os avanços até então obtidos, Bailey (1993, p. 421) assumiu que, desde a Segunda Guerra, os computadores tinham-se tornado pequenos e poderosos o suficiente para caber numa mesa ou numa pasta e para fazer coisas que os primeiros cientistas da computação nem sequer sonharam, revelando uma influência de tal ordem sobre a sociedade e a vida privada, em geral, e sobre os documentos governamentais, em particular, e tendo um caráter de tal modo “*perversivo*”, que era impossível evitar interagir com eles no cotidiano.

<sup>9</sup> Lideraram as instituições arquivísticas nacionais de países como os Estados Unidos, o Canadá e a Suécia. Também o CIA, em meados dos anos 70, criou um Comitê de Automatização, sugerindo instruções para a avaliação e o desenvolvimento curricular arquivístico (CIA, 1997, p. 14).

<sup>10</sup> Intitulado: “*Appraising machine-readable records*”.

<sup>11</sup> Sob o sugestivo título: “*Archivists, archives, and computers: a starting point*”.

provocados pela automatização, nos arquivos. Na mesma época<sup>12</sup>, e tendo em conta a avaliação centrada no processo e não nos produtos, Bearman (1979) ponderou que a automatização em curso no país seria bem sucedida se nela fossem consideradas as necessidades e as metas específicas dos arquivos, tendo mencionado, entre outros, os seguintes aspectos positivos: a agilização de operações, a melhoria da prestação dos serviços, o incremento das habilidades dos/as arquivistas e, conseqüentemente, a elevação do respeito social pela profissão.

Na década de 80<sup>13</sup>, Berner (1982) sugeriu que, dada a ênfase que estava sendo atribuída aos materiais contemporâneos e aos sistemas automatizados, os arquivos estavam sofrendo rápidas mudanças, que representavam um salto para uma nova tradição arquivística, deslocando-se o eixo dos arquivos históricos para os arquivos públicos. Por sua vez, Michael Cook (1983)<sup>14</sup> afirmou a necessidade de atacar a questão da descrição dos fundos automatizados com a criação de regras e de normas<sup>15</sup> apropriadas ao novo entorno, tendo sido também esta questão mencionada<sup>16</sup> por Huskamp (1984), que salientou ademais a questão dos custos de preservação desta classe de documentos, que a esta altura eram já considerados um “fator crítico” do processo. Também Kesner (1984)<sup>17</sup> naquele momento se interrogava sobre o futuro da profissão, questionando-se sobre se os/as arquivistas sobreviveriam aos desafios impostos, considerando condição *sine qua non* a familiarização com as novas tecnologias e a flexibilização dos/as arquivistas, no sentido de promover um maior contato com os/as usuários/as.

Os posicionamentos anteriores, típicos do contexto norte-americano, nos anos 70 e 80, centro irradiador do problema, ilustram algumas

---

<sup>12</sup> Publicado sob um título não menos sugestivo: “*Automated access to archival information: assessing systems*”.

<sup>13</sup> Intitulado: “*Toward national archival priorities: a suggested basis for discussion*”.

<sup>14</sup> Numa revisão de literatura intitulada: “*Applying automated techniques to archives administration: a commentary on the present situation and areas of likely progress*”.

<sup>15</sup> Referimos que, nessa época, a questão da descrição internacional normalizada, mesmo nos suportes tradicionais, ainda era embrionária, com as discussões em torno da primeira versão da norma ISAD-G, que seria publicada apenas no início dos anos 90.

<sup>16</sup> Sob o título: “*Archival principles and records of the new technology*”.

<sup>17</sup> Na revista *Archivaria* e intitulado: “*Automated information management: is there a role for the archivist in the office of the future?*”

das preocupações e das estratégias então divisadas, e que se encontravam na ordem do dia dos/as arquivistas que, não por acaso, estavam a sofrer com os impactos provocados pelas mudanças tecnológicas. O desempenho das suas tradicionais funções encontrava-se ameaçado e era preciso transformar essa ameaça em oportunidade<sup>18</sup>, de forma a que a própria profissão encontrasse o seu devido lugar num futuro próximo.

Concretamente, e tendo como referência o panorama antes traçado, no limiar da próxima década, Terry Cook (1991) analisou a literatura científica sobre o assunto, tentando identificar algum padrão nos modos de pensar, de agir e de perceber dos/as arquivistas norte-americanos/as, na época, concluindo que as suas diferentes atitudes revelavam a existência de *duas distintas gerações*, impactadas de modo diferente e capazes de responder de modo igualmente diverso às ameaças e/ou desafios proporcionados pelas tecnologias. A primeira, atuante entre os anos 70 e inícios dos anos 80, teria sido marcada por profissionais que lidaram com os resultados da “era do *mainframe* e dos cartões perfurados”. Naquele momento não havia modelos a seguir e os/as arquivistas norte-americanos/as tiveram de desbravar o território com alguma coragem e boa vontade, buscando inspiração em outros/as profissionais<sup>19</sup>. Os sistemas e equipamentos não eram “amigáveis” e grande parte do tempo consumia-se em tarefas que, nos dias de hoje, desempenhamos em poucos minutos ou segundos. Esta primeira geração ficou conhecida como a dos/as “arquivistas de dados”, numa comparação de certa forma pejorativa com os/as “arquivistas tradicionais”. Entre as funções arquivísticas desempenhadas estavam, sobretudo e compreensivelmente, a avaliação e a descrição e, novidade, a referência. No âmbito técnico, as tarefas de cópia, verificação e manipulação de documentos eram as mais executadas. Esta geração, apesar do labor que certamente desempenhou, mostrava-se bastante desconfiada quanto ao caráter dos documentos legíveis por máquina, a seu ver desprovidos de valor arquivístico. Esta atitude teria dado margem para que as aquisições e as avaliações não

---

<sup>18</sup> Esse discurso é recorrente no seio da literatura científica da área, nas últimas décadas. Para um maior aprofundamento destas questões, sugerimos a consulta da tese de doutorado de Freitas (2009).

<sup>19</sup> Especialmente do campo das Ciências Humanas, visto que os documentos com que então travaram contato eram essencialmente formulários e questionários, frutos de levantamentos de pesquisas sociológicas e de dados estatísticos e contabilísticos.

avançassem o suficiente e para que os arquivos estatísticos e contabilísticos, então os mais comuns, tivessem sido considerados prioritários, pelo evidente interesse para os/as investigadores/as, em detrimento dos organizacionais<sup>20</sup>, que na altura não atraíam os/as arquivistas. Esse desinteresse teria levado a que muitos desses documentos tivessem sido primeiramente retidos pelas bibliotecas universitárias, pelos centros de documentação ou pelas instituições criadas para o fim, que teriam assumido o seu controle (COOK, 1991).

Continuando, Cook (1991) menciona que a segunda geração teria emergido no início dos anos 90, após uma curta fase de transição ocorrida no final dos anos 80<sup>21</sup>. O autor atribui a dois arquivistas da primeira geração – Margaret Hedstrom e Harold Naugler – a responsabilidade pela sua antecipação. A realidade enfrentada por esta geração, a seu ver, diferiu qualitativamente da anterior. A armazenagem dos documentos em sistemas de bases de dados causou um profundo impacto no mundo dos arquivos, porque já não se tratava apenas de lidar com uma pequena porção de documentos produzidos no meio digital, mas de compreender todo um processo de transformação radical que estava a afetar os suportes tradicionais, na transição para este meio, com os consequentes problemas (*e.g.*, a não produção de cópias ou simplesmente o seu desaparecimento, quer no meio analógico, quer no meio digital). Para lidar com esses sistemas de informação complexos, tornou-se necessária a criação de um contexto de prova em todos os níveis (*e.g.*, produção, uso, retenção, manipulação, destruição e transmissão de informação). Por força da complexidade das tarefas a desempenhar, os/as arquivistas tiveram de negociar o espaço com profissionais da computação. Neste terreno, valeu a máxima de que quem mais cedo se adaptou, abriu o caminho aos outros/as, facilitando o seu trabalho (COOK, 1991).

Assim, antes dos anos 90, viveu-se num contexto de enfrentamentos discretos, nos quais a resistência e a descrença no teor arquivístico

---

<sup>20</sup> Vejamos, por exemplo, o caso australiano, em que as decisões sobre o enfrentamento do problema dos documentos eletrónicos apenas vieram a partir do momento em que os arquivos nacionais perceberam a elevada perda de informação a que estavam expostos na época, pela inépcia e inércia.

<sup>21</sup> Cook (1991) adverte o início dessa segunda geração a partir da análise de oito textos distintos, publicados por autores/as ou instituições que a seu ver abriram o caminho para a nova etapa.

dos primeiros documentos eletrônicos gerou alguma inércia que retardou as respostas, tendo esta geração sido alvo de críticas. Movido por essa situação e atendendo a um chamamento singular<sup>22</sup>, Cox (1994) debruçou-se sobre o estudo da realidade vivida pelos/as arquivistas estadunidenses, vitimados/as por estas sucessivas ondas de documentos eletrônicos, e encontrou entre as prováveis causas desta inércia aquela que considerou como principal: a inadequação dos programas de ensino adotados pelos cursos de formação profissional no país (COX, 1994). Ainda, num exercício preditivo, contrastou a visão otimista de Cook (1991), que prognosticava uma série de oportunidades para a segunda geração de arquivistas, com a percepção realista de Margaret Hedstrom, para quem, tanto os documentos eletrônicos como as habilidades dos/as arquivistas em os compreender ainda se encontravam no estágio da “infância”. Na perspectiva de Hedstrom (1991), os esforços e os progressos obtidos até aquele ponto tinham sido discretos. Por isso, advogava uma agenda de pesquisa capaz de colmatar os vazios existentes (HEDSTROM, 1991 apud COX, 1994, p. 24)<sup>23</sup>. Ainda, Cox (1994) retirou de Hedstrom (1991) duas ilações realmente significativas: i) se os/as arquivistas falhassem na habilidade de encontrar soluções para os problemas revelados pelos documentos eletrônicos e na capacidade de influenciar pessoas e instituições, nesse intento, falhariam também no reconhecimento da sua relevância para a sociedade; ii) a definição de uma agenda de pesquisas era um claro salto a dar para uma nova geração de profissionais norte-americanos.

Com efeito, no final dos anos 80, após um curto período de transição, em que estas questões começaram a ecoar e os problemas a ser enfrentados, passar-se-ia, nos anos 90, para um outro contexto, em que o documento arquivístico teria as suas características essenciais sistematicamente alteradas, sob o peso da rápida evolução das telecomunicações. Diante de uma tal perspectiva, os/as arquivistas, ainda não de todo em dia com os problemas do passado, tiveram de se esforçar para rapidamente assimilar a nova realidade, desenvolvendo reais estratégias e ações (e.g.,

---

<sup>22</sup> No livro *“The first generation of archivists in the United States: a study in professionalization”*, cujo título inspira-se no artigo publicado por Cook (1991).

<sup>23</sup> Realçamos que Margaret Hedstrom, uma das mais ativas arquivistas desta segunda geração, e com especiais interesses no âmbito da descrição dos documentos eletrônicos, publicou realmente esta agenda.

normas, regras, sistemas, modelos, projetos, estudos)<sup>24</sup>. O significado antes atribuído ao documento passaria por uma mudança sensível, diante da percepção da ameaça do “escritório sem papéis”, realidade então temerária<sup>25</sup>. Para esta segunda geração, os desafios tornar-se-iam intransferíveis e inescapáveis, sob pena de uma perda irremediável do controle da situação. Esse chamamento, tal como sabemos, surtiu efeito, lançando as bases de uma assim designada “Arquivologia Contemporânea”<sup>26</sup>.

### 3 O DOCUMENTO ELETRÔNICO COMO POLARIZADOR DO DEBATE “CUSTODIAL VS. PÓS-CUSTODIAL”

Tendo traçado, em linhas gerais, alguns dos contextos pós-custodiais de emergência do documento eletrônico<sup>27</sup>, na vanguarda arquivística de até os anos 90, impor-nos-á caracterizar o próprio fenômeno embutido nestes contextos, aludindo à sua complexidade, e trazendo à luz alguns dos principais discursos desenvolvidos desta década em diante, uma vez mais, desde o ponto em que mais visivelmente se manifestaram.

Assim, começaremos por Vajcner (1997, p. 1-2), que nos ofereceu uma visão realista das suas principais características, tendo percebido e sumariado o problema, em poucas palavras. O autor lembrou que o nó górdio dos arquivos estava em gerir e preservar documentos eletrônicos autênticos e fidedignos, de forma a conseguir uma atuação responsável e proteger a memória histórica. Os “suportes eletrônicos”, conforme ponderou, implicavam desafios para a teoria arquivística, por um lado, pela facilidade com que se poderia fazer desaparecer ou alterar um documento desta natureza, além da evidente separação entre o seu conteúdo e o seu contexto de produção; por outro, pela fragilidade destes meios, pela sua rápida obsolescência e pela dependência tecno-

<sup>24</sup> Datam desta época a maioria dos projetos de grande envergadura de que temos notícia ainda hoje.

<sup>25</sup> Sellen, A. J.; & Harper, R. H. R. (2002). *The myth of the paperless office*. Cambridge: The MIT Press.

<sup>26</sup> Arquivologia Contemporânea é o termo frequentemente usado na literatura científica internacional – especialmente de origem anglo-saxônica – para definir a última fase ou estágio em que se encontra a disciplina, desde os anos 90, no seu enfrentamento com os novos contextos pós-custodiais. É usado também como forma de oposição à Arquivologia Moderna ou Custodial.

<sup>27</sup> O documento eletrônico é percebido como um dos efeitos dos *clusters* de inovações tecnológicas que emergiram a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente no seu último quartel.

lógica de *hardwares* e *softwares* que garantissem o seu acesso e a sua legibilidade, no futuro.

Com efeito, conforme o manual do CIA (1997), o documento eletrônico não pode ser diretamente lido ou acessado pelo olho humano, necessitando da mediação de um dispositivo. Trata-se, pois, de um suporte lógico em que a informação é codificada em sequências de *bits* e *bytes*, e armazenada em meios (magnéticos ou óticos) e dispositivos (*hardware* e *software*) frequentemente afetados pela obsolescência tecnológica. Para a sua compreensão, à *visibilidade*, portanto, associam-se as condições de *legibilidade*. Um documento pode ou não ser lido sob determinadas circunstâncias. Para além do olho humano, há que considerar fatores como a nitidez, o tamanho e o espaçamento dos caracteres, a distribuição do texto, a acessibilidade do suporte, bem como os dispositivos responsáveis pela visualização<sup>28</sup> e a *densidade da informação* armazenada. A este respeito, Liu (2004), citando Cook (1994)<sup>29</sup> e Conway (1996)<sup>30</sup>, alega que a alta densidade de informação é precisamente a característica que faz com que o documento eletrônico seja invisível ao olho humano<sup>31</sup>, tornando-o dependente de dispositivos especiais de leitura e de decodificação. O próprio Liu (2004) refere ainda a *conectividade*, a *duplicabilidade* e a *unicidade* como outras características relevantes desse tipo de documento. A primeira associa-se à ideia de integração dos suportes e reflete a tendência de convergência das tecnologias de informação e de comunicação, rumo a uma conexão

<sup>28</sup> Como sabemos, a necessidade de uso de um equipamento condiciona a sua manutenção, podendo esta tornar-se inviável em face das mudanças tecnológicas. Mallinson (1986) analisou o problema da rapidez com que tais mudanças ocorriam, afirmando que eram influenciadas pelas condições impostas pelo mercado. A expectativa de obsolescência dos equipamentos, segundo disse, era medida numa escala que não superaria os cinco anos, tempo considerado insuficiente para a adaptação à mudança. Ademais, a obsolescência poderia envolver um planejamento prévio, levando a que as soluções tivessem de ser pensadas e atingidas com brevidade, vigilância e continuidade.

<sup>29</sup> De acordo com Cook (1994), mencionado por Liu (2004), nos deparamos pela primeira vez na história evolutiva deste artefato com a possibilidade de produzir documentos que efetivamente inexistem aos olhos humanos. Cook, T. (1994). *It's 10' o'clock: do you know where you data are?* Recuperado de: <http://web.mit.edu/afs/athena/org/techreview/www/articles/dec94/cook.html>.

<sup>30</sup> Conway, P. (1996). *Preservation in the digital world*. Washington: The Commission on Preservation and Access. Esta obra se encontra disponível, numa versão traduzida para o português, no seguinte endereço: <http://www.cpba.net>.

<sup>31</sup> De acordo com Conway (1996) citado por Liu (2004), em termos estritamente comparativos, a densidade de informação nas tábuas de argila sumérias é de 34 caracteres por polegadas quadradas; nos manuscritos iluminados medievais é de 141; nos microfimes é de 10.000; nos disquetes é de 106.200; e nos discos óticos é de 50 milhões.

entre diversas mídias eletrônicas num único suporte *multimedia* (e.g., voz, vídeo e texto) ou *hipermedia* (e.g., o hipertexto); a segunda traduz-se pela capacidade de reprodução por meio de cópias<sup>32</sup>; e a terceira, que contrasta com a segunda, é a que confirma que os documentos de arquivo, independentemente do suporte, são únicos, não em função de que deles não existam cópias<sup>33</sup>, mas sim pelos fatos que atestam<sup>34</sup> (i.e., pela informação que contêm). A unicidade do documento eletrônico deve referir-se, pois, à sua habilidade de ocupar uma posição única, num dado conjunto, não ocupada por nenhum outro documento, e de transmitir uma classe de informação que irá compor, juntamente com outras do mesmo conjunto, o valor de prova exigido. Finalmente, o mesmo Liu (2004) aponta-nos ainda mais duas características interrelacionadas do documento eletrônico, sendo elas a *portabilidade* (ou mobilidade) e a *fluidéz*. A primeira diz respeito à habilidade de execução do documento, fora do seu ambiente de criação<sup>35</sup>, e a segunda à sua capacidade de fluir e de atingir o destinatário, produzindo os efeitos necessários.

Conforme sabemos, o contexto de produção e de transmissão dos documentos eletrônicos potencia e põe em evidência os problemas gerados pela manifestação das características acima descritas. Por melhores que sejam as condições de armazenagem e de acondicionamento, as expectativas de permanência dos documentos não ultrapassam um limite fixado, em cálculos muito otimistas, em décadas, com o agravante de que os sistemas operativos destinados à sua decodificação tornam-se obsoletos em muito menos tempo<sup>36</sup> (CIA, 1997).

---

<sup>32</sup> Para que tenhamos uma ideia deste caráter fácil e rápido da produção das cópias, no meio eletrônico, há 20 anos atrás previu-se um decréscimo exponencial no volume de textos escritos (livros e documentos) para o próximo século, previsão que não se consumou, tendo havido inclusive o seu incremento. Uma das fortes razões que têm sido apontadas, para além do barateamento dos custos e da disponibilização deste tipo de materiais, na rede, é justamente a facilidade e a rapidez com que se podem efetuar cópias. Sobre isso, falaremos adiante.

<sup>33</sup> O'Toole (1994), chegou mesmo a dizer que no meio eletrônico seria praticamente impossível distinguir, à primeira vista, um original de uma cópia. O'Toole, James (1994). On the idea of uniqueness, *American Archivist*, 57 (4), 13-37.

<sup>34</sup> No mesmo texto de O'Toole (1994) discutiam-se estas questões. A alternativa encontrada para contornar o problema foi reforçar a importância do princípio da organicidade e da unicidade.

<sup>35</sup> O que representa, ainda hoje, um problema no que respeita aos repositórios arquivísticos em linha.

<sup>36</sup> Como sabemos, este descompasso tem sido um dos grandes desafios dos que, na atualidade, debruçam-se sobre as estratégias de preservação digital.

Outra característica do documento eletrônico, referida como desejável, é a *estabilidade* (CIA, 1997) que, em última análise, é a capacidade de permanecer igual, sem alteração<sup>37</sup>. Ora, os suportes convencionais já eram, por inerência, instáveis, estando irremediavelmente sujeitos às variadas condições, de ordem física, química, biológica, mecânica, entre outras. No caso dos suportes eletrônicos, podemos acrescentar condicionantes de ordem tecnológica (*e.g.*, obsolescência, inovação, densidade informacional, entre outras). As margens de garantia da estabilidade dependem direta ou indiretamente do controle destas variáveis. Assim, quanto maior for o controle, maior, em tese, será essa possibilidade. Não obstante, no ambiente eletrônico, em função da separação entre suporte e conteúdo, as *perdas de informação* passam a ser o foco do problema, porque há uma probabilidade muito grande da sua precedência em relação à degradação do suporte. Antes de nos depararmos com os documentos eletrônicos, vivenciávamos uma realidade em que a longevidade da informação estava vinculada à longevidade do suporte. No atual contexto, isso não é propriamente o que acontece.

Conforme as explicações de Conway (1996), na sua história evolutiva, os suportes informacionais têm sido alvo de uma tendência que os aperfeiçoa tecnologicamente e, ao mesmo tempo, reduz progressivamente a sua expectativa de vida, sendo exceção à regra apenas o microfilme. Conforme os seus cálculos, no ambiente eletrônico, a cada aumento da capacidade de armazenagem e, portanto, da densidade da informação, corresponderia uma redução da *permanência*. Estas questões também foram trazidas à tona por O’Toole (1989)<sup>38</sup>, anos antes, quando explorou esta mudança na percepção que os/as arquivistas tinham de ter a respeito da permanência do documento no meio eletrônico, constatando que o conceito tinha mudado drasticamente em face dos novos suportes informacionais. Desta constatação adveio a relutância inicial em empregar essa noção nesses novos entornos. Atualmente, e com a evolução dos estudos na área, reforça-se a primazia da informação sobre o suporte. Na impossibilidade de manter a estabilidade de ambos e, conseqüentemente, a permanência, opta-se pela preservação da informação pelo tempo que for útil e necessária.

<sup>37</sup> Este é o conceito de estabilidade, consoante: Ferreira, A. B. de H. (1999). Estabilidade. In: *Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

<sup>38</sup> Intitulado “*On the idea of permanence*” e publicado pela revista *The American Archivist*.

Mas, para que a informação permaneça íntegra pelo tempo necessário, é preciso que sejam garantidas certas condições de inalterabilidade e, portanto, de estabilidade do conteúdo, o que nos leva a analisar, ainda, outras questões igualmente cruciais. Sem pouca margem para dúvidas, o contexto arquivístico dos anos 90 em diante foi recheado pelo debate em torno da confiabilidade, conceito que, segundo Macneil (1998), carrega dois indicadores dimensionais absolutamente necessários à sua compreensão: a fidedignidade e a autenticidade. A autora esclarece que um documento confiável é tanto uma declaração exata dos fatos (*i.e.*, fidedigno) como uma manifestação genuína (*i.e.*, autêntico) destes mesmos fatos. Ou, dito de outra forma, para ser fidedigno um documento tem de ser capaz de suportar os fatos que atesta, e para ser autêntico tem de ser o que reivindica. No meio eletrônico, conforme também sugere Macneil (1998), a manipulação e a alteração deliberadas constituem um problema a superar com o apoio dos instrumentos diplomáticos e burocráticos de controle dos documentos<sup>39</sup>, que têm de ser ainda mais estreitos, eficientes e eficazes do que seriam no meio convencional<sup>40</sup>. A este propósito, Duranti<sup>41</sup> (1995) acrescenta que, sendo um conceito relativo, a fidedignidade é medida em função de certos parâmetros observáveis nos documentos, entre os quais: a forma; os procedimentos de produção, ou seja, as regras estabelecidas pelos produtores aos responsáveis por cada tipo de documento, de acordo com os efeitos pretendidos e os atos registrados; as atividades rotineiras de registro destes mesmos atos (*e.g.*, os atos protocolares). A aferição destes parâmetros dá-nos, pois, uma

---

<sup>39</sup> Nas nossas incursões, a referência mais recuada que identificamos foi um texto sobre o uso da Diplomática nos arquivos, intitulado “*Diplomatic and archives*”, publicado por Skemer (1989) na revista *The American Archivist*. O autor sugeriu que se desenvolvesse uma estrutura diplomática adequada ao estudo dos documentos contemporâneos, comentando que poderia auxiliar em assuntos associados ao contexto legal, aos sistemas documentais, à autenticação de documentos eletrônicos e à identificação de eventuais fraudes.

<sup>40</sup> Segundo Macneil (1998), no meio convencional, as disciplinas jurídicas e históricas circunscrevem a confiabilidade ao contexto da produção e da manutenção dos documentos (e, portanto, ao seu ambiente de custódia). No caso dos documentos produzidos pelas burocracias, a confiabilidade é assegurada e protegida por mecanismos de autoridade e de delegação de competências, e por procedimentos de controle exercidos sobre as pessoas formalmente responsáveis pelos documentos.

<sup>41</sup> Num texto intitulado “*Reliability and authenticity: the concepts and their implications*”, publicado pela revista *Archivaria*. Ao longo dos anos 90, Luciana Duranti publicou uma série de textos individuais sobre o assunto, na revista *Archivaria*, posteriormente coligidos numa obra única, cuja referência completa é: Duranti, L. (1998). *Diplomatics: new uses for an old science*. Lanham: Society of American Archivists; Association of Canadian Archivists; Scarecrow Press.

ideia do grau de fidedignidade dos documentos (DURANTI, 1995)<sup>42</sup>. E, muito embora os conceitos tenham existência própria, na prática, os componentes requeridos para atestar a fidedignidade de um documento também constituem a base para a presunção da sua autenticidade. Assim sendo, ao apoiar-nos nos elementos disponíveis para a sua análise, somos capazes de presumir a sua confiabilidade com um grau *máximo* ou *mínimo* de aceitabilidade (DURANTI, 1995). Essa variabilidade no grau de *presunção* é responsável pelo fato de os conceitos apresentados assumirem uma dimensão relativa e inescapavelmente associada ao contexto, ao conteúdo e à estrutura dos documentos.

Com base nesses pressupostos, o CIA (1997) considerou que a fidedignidade se refere à habilidade de um documento em servir como prova dos fatos, sendo por isso que um documento *não* pode ser mais ou menos fidedigno do que já era quando foi produzido, o que transfere a responsabilidade direta pela sua fidedignidade para o organismo produtor. A autenticidade, por sua vez, refere-se à persistência das características originais do documento ao longo do tempo. Um documento autêntico, segundo constatamos, é, pois, aquele que retém as propriedades relacionadas ao contexto, ao conteúdo e à estrutura que lhe foram atribuídas no momento em que foi gerado.

No presente, os conceitos de fidedignidade e de autenticidade continuam a ser debatidos, sob diferentes perspectivas. As abordagens atuais têm levado os assuntos para o âmbito dos desafios multidisciplinares, buscando-se soluções que contemplem os requisitos necessários à garantia da confiabilidade dos documentos eletrônicos. Quanto a este aspecto, uma prática que vem crescendo em tendência é a da transferência desta confiança para os ambientes responsáveis pela manutenção dos documentos, ou seja, os repositórios digitais, que já podem ser objeto de auditoria e de certificação<sup>43</sup>. Mas, como é bom de ver, mesmo nesses novos ambientes de

---

<sup>42</sup> Bearman (1992) demonstrou concordar em alguns pontos com as abordagens de Luciana Duranti. Um dos seus alertas à comunidade arquivística norte-americana veio, por exemplo, a propósito do reconhecimento da relevância dos princípios e dos conceitos da Diplomática no âmbito da identificação das várias formas de transmissão dos documentos eletrônicos. Também reconheceu a relevância da identificação das regras de procedimento e de controle das burocracias, à luz dos conceitos *weberiano*, previamente ao desenvolvimento dos sistemas de gestão documental em ambientes eletrônicos.

<sup>43</sup> Vejamos, por exemplo, as normas internacionais já em uso no âmbito da certificação da qualidade dos repositórios

custódia dos documentos, as preocupações relacionadas com a presunção da confiabilidade continuam mantendo o foco das atenções na vertente da autenticidade.

#### **4 DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS NOVOS CONTEXTOS E A APARENTE DICOTOMIA ENTRE O CUSTODIAL E O PÓS-CUSTODIAL**

Nos arquivos, a informação é organizada e, conseqüentemente, descrita do geral para o particular, resultando numa estrutura multinível de representação dos conjuntos, com vista à sua disponibilização para o acesso. Tradicionalmente, e no âmbito dos arquivos considerados permanentes, a organização da informação nos níveis superiores pressupõe uma ligação dos documentos aos produtores e, conseqüentemente, à proveniência. Nos níveis inferiores, obedece à organização originalmente atribuída pelo produtor. Destas análises resulta um esquema de estruturação da informação que obedece simultaneamente aos aspectos extrínsecos (proveniência) e intrínsecos (ordem original).

As evidências demonstram que a organização e a descrição nos arquivos são atividades muito antigas. Não obstante, a primeira obra que nos forneceu, de um modo sistematizado, as bases com que ainda hoje sustentamos ditos procedimentos, foi o “manual holandês”, publicado originalmente em 1898, em cujo título já apareciam ambas as designações. O impacto desta obra na teoria e na prática arquivística do século XX é inegável, sendo prova os diversos manuais publicados neste período ou as políticas arquivísticas nacionais adotadas, que escudar-se-iam em muitos dos princípios e procedimentos aí sedimentados. Não obstante o inegável avanço, e a despeito do que se verificou em áreas afins<sup>44</sup>, nota-se, até o início dos anos 90, a ausência de um padrão internacional comum para a descrição nos arquivos. No entanto, com o advento das tecnologias, que, como temos vindo a demonstrar, assinalam uma mudança em vários contextos arquivísticos, as atividades de descrição e, conseqüentemente, de

---

tórios digitais (enquanto repositórios de objetos digitais autênticos).

<sup>44</sup> Vejamos, por exemplo, o caso das diversas normas internacionais de descrição bibliográfica sucessivamente publicadas a partir dos anos 70 e consolidadas no ano de 2011.

representação da informação, não ficariam incólumes, tendo-se assistido, a partir de então, à produção e à publicação de uma série de *standards* que viriam a preencher muitas das lacunas observadas nos contextos custodiais e exacerbadas face à realidade pós-custodial vigente.

Neste panorama, também os princípios subjacentes aos procedimentos de organização e descrição da informação começaram a ser postos à prova. No início da década de 90, em meio a um “aceso” debate sobre o assunto, Bearman (1993)<sup>45</sup>, apesar de admitir que tinha sido até então o mais importante conceito da Arquivologia Moderna, sugeriu o deslocamento da proveniência, nos contextos eletrônicos, do âmbito do *produtor* para o da *função* e do *sistema* responsável pela manutenção dos documentos arquivísticos<sup>46</sup>. Conforme explicou, isso implicaria implementar a descrição, tradicionalmente associada à fase final do ciclo de vida dos documentos, já na sua fase de produção. As suas reflexões tinham antecedentes nas ideias defendidas muito antes por Scott (1966), para quem a organização e a descrição dos documentos deviam basear-se na identificação das funções organizacionais, e não na estrutura orgânica, de onde derivariam as séries documentais, tratando-se, pois, de uma proposta de representação centrada em entidades concretas e não em abstrações.

Acrescentando mais uma letra ao debate, Dollar (1993)<sup>47</sup> considerou que a preservação da proveniência dos documentos arquivísticos nos sistemas eletrônicos dependeria da captura e da manutenção, juntamente com os documentos, de um conjunto de informações contextuais necessárias à sua compreensão. Com isso, remeteu os/as arquivistas irremediavelmente para mais um desafio: a participação ativa no desenho dos sistemas e no estabelecimento dos esquemas de *metadados descritivos* a ser usados para os representar (DOLLAR, 1993).

Ora, a informação contextual é aquela que se associa à *organicidade*, habilidade pela qual os documentos que se reportam a uma

---

<sup>45</sup> Publicado pela revista *Archivaria*, intitulado: “Record-keeping systems”.

<sup>46</sup> Num provocativo artigo, intitulado: “The record group concept: a case for abandonment.”

<sup>47</sup> Num artigo publicado no mesmo volume de *Archivaria*, intitulado: “Archivists and record managers in the information age”.

mesma proveniência constituem laços perduráveis entre si<sup>48</sup> (CIA, 1997). Ainda, como lembrou Duranti<sup>49</sup> (1997), o que transforma um simples documento num documento arquivístico é o seu carácter orgânico. E a organicidade, na sua concepção, é *original*, porque nasce com o próprio documento, *necessária*, porque tem de existir para que o documento adquira um carácter arquivístico, *determinada*, porque pode ser estabelecida, e *dinâmica*, porque evolui e cessa. No contexto tradicional, a organicidade é revelada pela ordem física e pelos enlaces lógicos atribuídos aos documentos (*e.g.*, pelo código de classificação ou pelo número de registo) (DURANTI, 1997). No meio eletrónico, entretanto, a supremacia da estrutura lógica sobre a física, ou mesmo a ausência desta, dificultam a sua determinação (CIA, 1997). Por isso, nesse meio, é preciso munir os documentos de informações contextuais suficientes, para que tanto a organicidade como a proveniência possam ser inequivocamente determinadas<sup>50</sup>. Neste intento, Duranti (1997) considerou ser a *descrição* o caminho para perpetuar e *autenticar* o significado dos documentos e, em função das contínuas migrações a que poderiam estar sujeitos, acreditava ser este provavelmente o melhor método para assegurar a sua autenticidade em longo prazo.

Mas, além do contexto, sabemos que o documento arquivístico necessita de ser descrito em função do conteúdo e da estrutura. Se, por um lado, o contexto remete-o para o ambiente original de produção, por outro, o conteúdo relaciona-o com os demais documentos do arquivo e com a atividade ou função que o gerou, sendo a estrutura a sua própria forma (CIA, 1997). Ao conjunto destes atributos, Cook (1991) designou “*documentabilidade*”, destacando a sua relevância para os novos contextos pós-custodiais, em que o direito dos/as cidadãos/ãs à memória e ao acesso aos documentos imporia aos/às arquivistas mais deveres e obrigações do que estariam habituados/as a ter até então.

---

<sup>48</sup> Cf: A Glossary of Archival and Records Terminology. The American Society of Archivists. Recueprado de: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>.

<sup>49</sup> Num texto intitulado: “*The Archival bond*”.

<sup>50</sup> Ainda, Duranti (1997, p. 217) sugere que não se deve confundir organicidade com contexto. Enquanto uma é parte essencial e inerente ao documento, o outro é algo que encontramos fora do documento, quer nos procedimentos jurídicos e administrativos que lhe dão causa, quer na sua proveniência.

Portanto, em vários dos discursos típicos do contexto dos anos 90, os metadados passariam a ser considerados os meios mais eficazes para representar o documento eletrônico nessas três dimensões necessárias à sua compreensão e à manutenção da sua integridade (CIA, 1997). Essa dependência dos metadados também foi realçada por Hedstrom<sup>51</sup> (1993), uma grande defensora da ideia, ao alegar que os métodos de descrição então existentes focalizavam a atenção mais na recolha de dados relacionados com a estrutura e o conteúdo dos documentos do que com o seu contexto, o que deveria ser alterado para que os documentos eletrônicos pudessem tornar-se disponíveis, compreensíveis e utilizáveis pelo tempo que tivessem o seu valor continuado.

Estas questões parecem ter sido levadas a sério. Quase uma década mais tarde, assistimos a um chamamento de Horsman<sup>52</sup> (2002), criticando os métodos de descrição que vinham sendo adotados pelos/as arquivistas, acusando-os/as de criarem instrumentos que atendiam mais às suas “conveniências” do que aos seus usuários/as, que não os compreendiam. Com isso, queria dizer que os instrumentos produzidos não eram amigáveis, e que em prol de um alegado controle intelectual menosprezavam-se os/as verdadeiros/as interessados/as. Imagine-se que o autor criticou, justamente, o fato de a descrição arquivística encontrar-se demasiado focalizada no contexto e na proveniência dos documentos, e não nas necessidades dos/as usuários/as (HORSMAN, 2002).

Igualmente, e num texto publicado um pouco antes por Menne-Haritz<sup>53</sup> (2001), defender-se-ia que o foco dos arquivos deveria desviar-se para o *acesso*. Conforme dizia, se os arquivos quisessem passar uma imagem confiável à sociedade, deveriam oferecer serviços num alto nível de qualidade. Para isso, deveriam *primeiro* compreender o papel a ocupar no incremento da acessibilidade dos arquivos, nisso implicando o seu envolvimento no conhecimento das necessidades dos/as usuários/as e no incremento das normas e da qualidade dos repositórios (MENNE-HARITZ, 2001).

---

<sup>51</sup> Publicado pela revista *Archivaria* e intitulado: “*Descriptive practices for electronic records: deciding what is essential and imagining what is possible*”.

<sup>52</sup> Também publicado pela revista *Archivaria* e intitulado: “*The last dance of the phoenix, or the de-discovery of provenance*”.

<sup>53</sup> Publicado pela revista *Archival Science* e intitulado: “*Access: the reformulation of an archival paradigm*”.

Como é bom de ver, estas questões foram levantadas numa época em que não apenas a *preservação*, mas o seu oposto complementar, o *acesso*, ia ganhando espaço nas discussões então influenciadas pela introdução de novos valores, tais como a responsabilização social, o direito à memória e a transparência informacional. Sob tais imperativos, garantir o acesso continuado e em longo prazo de documentos aos quais se pudesse acrescentar o atributo “documentável”, como defendia Cook (1991), passaria a fazer parte das preocupações e das obrigações arquivísticas. Mas, conforme veremos a seguir, essa ideia já havia sido colocada na pauta do dia uma década antes, sem que tivesse surtido efeito. Não por acaso, trazia consigo o debate a respeito da custódia *versus* a pós-custódia dos documentos de arquivo.

Num texto publicado em 1981, o renomado arquivista norte-americano Gerald Ham mencionou as “mudanças revolucionárias” na forma como a sociedade passaria a armazenar e recuperar a informação, bem como os efeitos, e conclamou os/as arquivistas a enfrentar o que designou como “*era pós-custodial*”, assumindo um novo papel em questões que seriam cruciais para a profissão. Na visão de Ham (1981), em face do novo contexto tecnológico, os/as arquivistas teriam de adotar *estratégias proativas*, transformando o seu papel tradicional, *alegradamente passivo*. Além de ter tocado em aspectos cruciais como a necessidade de gerir e de avaliar os já incontrolláveis acervos documentais, frisando o caráter proativo a embutir-se nessa atitude, assumiu que um passo adiante na evolução da “teoria pós-custodial” que então propunha seria reconhecer o acesso como uma *responsabilidade primeira na custódia dos documentos* e como um promotor integral da responsabilização social.

Mais recentemente, Bastian (2002) retomou o tema, confirmando que o problema ainda não tinha sido solucionado mais de vinte anos depois. A voz de Ham, a seu ver, não tinha produzido o necessário eco no país de origem, tendo sido, no entanto, escutada noutras partes. Neste particular, relevaram, nos anos 90, as iniciativas australianas e canadenses, em discussões sistemáticas sobre o assunto, e o engajamento de arquivistas de renome como Richard Cox, David Bearman e Terry Cook em estratégias pós-custodiais. No entanto, reconhecia a existência de forças contrárias, entre as quais sublinhou a voz de Luciana Duranti.

O assunto é de fato problemático e embute diversas questões cruciais para os novos contextos. Num texto emblemático, publicado anos antes, Duranti<sup>54</sup> (1995) recordava o papel que, desde a Antiguidade, tinha sido votado aos arquivos, enquanto locais destinados à guarda e à manutenção continuada dos documentos, sem lugar à quebra da cadeia de custódia<sup>55</sup>, sendo esta a condição *sine qua non* para atestar a sua autenticidade, em diversas épocas e civilizações. À pessoa do/a arquivista era, pois, relegada a função de “*guardador/a confiável*” destes registros, sendo a sua resposta natural e zelosa a este desafio a limitação do acesso aos documentos.

Mas, em face dos novos contextos, haveria que conciliar esse papel. Neste sentido, e já mais recentemente, Bearman (2006) acabaria por publicar um texto<sup>56</sup> em que primeiramente refletiria sobre o fato de terem sido atingidos, nos últimos 10 anos, pontos significativos de concordância a respeito dos “momentos de risco” existentes nas diversas fases ou etapas do ciclo de vida dos documentos eletrônicos. Assim, focalizando as reflexões nestas etapas<sup>57</sup>, ponderou que o seu controle teria de estar a cargo do produtor, que deveria ter a responsabilidade pela custódia dos documentos. Com esse giro analítico, pretendia distribuir uma responsabilidade até então entregue aos/às arquivistas, que atuavam tradicionalmente na fase definitiva, também para os seus produtores, na fase ativa. Assim, julgava-se que o controle sobre os documentos seria mais efetivo se se atuasse desde mesmo antes de serem criados, e ainda no âmbito da configuração dos sistemas onde existiriam e seriam mantidos, até ao momento da sua preservação, já no estágio final do ciclo. Essa abordagem, enraizada em discussões anteriores<sup>58</sup>, ficou conhecida como

<sup>54</sup> No artigo intitulado “*Archival as a place*”, publicado na revista *Archives and Manuscripts*.

<sup>55</sup> Reflexões que Luciana Duranti remete, em vários dos seus textos, originalmente a Sir Hilary Jenkinson e ao seu já tradicional manual de administração de arquivos, publicado em 1922.

<sup>56</sup> Intitulado: “*Moments of risk: identifying threats to electronic records*”.a de Monasch e McKemish.atConsulDuranti.entre e, conseqüentemente, a perman. atualidade, debruçam-se sob

<sup>57</sup> Que são, nomeadamente: captura, integração, manutenção, acesso e preservação.

<sup>58</sup> Realçamos que o conceito de “*continuum*” já se vinha refletindo no contexto arquivístico australiano desde final dos anos 50 com as ideias de Ian Maclean. Nos anos 80 é levado ao Canadá, por meio de Jay Atherton, num texto publicado na conferência anual da Associação dos Arquivistas Canadianos. De acordo com este autor, todas as etapas de gestão dos documentos deveriam integrar-se num *continuum* em que estivessem envolvidos/as tanto gestores/as de documentos quanto arquivistas. Nos anos 90, o modelo foi explorado novamente por vários/as teóricos/as australianos/as, dos quais são exemplos: Sue McKemish e Frank Upward, que enunciou, inclusive, quais seriam os seus princípios.

“custódia distribuída”. Note-se que o que se reivindicava era que aos/às arquivistas seriam acrescentadas novas funções em todas as etapas do ciclo de vida dos documentos.

Numa abordagem atual, Duranti e Franks (2015) reconhecem que a abordagem custodial continua sendo válida nos contextos tradicionais, mas que não responde, evidentemente, às necessidades provocadas pelas mudanças tecnológicas impostas aos novos arquivos, que funcionam com as tecnologias *Web* e que oferecem novas possibilidades de interatividade com os/as usuários/as em novos ambientes de partilha e difusão de informação. Sob este ponto de vista, conforme complementam, tem-se assistido a uma mudança do custodial ao pós-custodial em diversos contextos arquivísticos e já com modelos testados. Tal mudança vem sendo traduzida na literatura científica pela expressão “salto paradigmático”<sup>59</sup>. Na mesma obra, Tschan (2015) reforça a preocupação realmente procedente de que os/as produtores/as dos documentos podem não ter os mesmos interesses que os/as arquivistas ao assegurar a sua custódia. Assim sendo, e dado que a garantia da autenticidade tem de atuar numa base bastante razoável de presunção, os/as arquivistas, face à sua “isenção” e aos valores profissionais que cultivam, diríamos nós, devem continuar a ser os/as profissionais indicados/as para desempenhar esta importante função social.

Estas reflexões levam-nos a colocar o debate “custodial/pós-custodial” como um dilema longe de se resolver. Não obstante, queremos finalizar com uma palavra de otimismo, que advém de algumas constatações no terreno. A Arquivologia tem lidado, há 40 anos, com um objeto cada vez mais complexo e vem obtendo respostas para algumas das suas questões mais fulcrais. A isso, some-se que a visão dicotômica, por vezes reivindicada nos debates, resulta, não raro, de análises parciais e lineares do problema. Assim sendo e se renunciarmos a essa lógica em favor de uma outra, que propugna pela complementariedade, possivelmente encontraremos pontos de contato entre as aparentemente distintas abordagens. Indo por uma via como esta, poderemos, por exemplo, compreender a “Arquivologia Pós-

---

<sup>59</sup> Esta expressão foi cunhada pelo arquivista anglo-canadense Hugh Taylor, num artigo publicado pela revista *Archivaria*, no ano de 1987, e intitulado: “*Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift?*”.

Custodial” como uma *emergência destas interações múltiplas* que vêm sendo detectadas, já há algum tempo, e que se refletem nos atuais contextos.

Finalmente, a forma como os conceitos e as abordagens se encontram entrelaçados, a nosso ver, além de demonstrar a sua *complexidade*<sup>60</sup>, fornece os meios para superar a aparente dicotomia e compreender o problema na sua extensão. Deste modo, e como corolário das nossas reflexões, diremos que a resposta à pergunta inicial não pode ser dada de um modo absoluto. Os caminhos trilhados pela Arquivologia atual são, ainda, custodiais em muitos sentidos, e pós-custodiais em tantos outros. Acresce-se que diversos dos problemas visionados no passado não foram completamente solucionados, no mesmo instante em que as mudanças tecnológicas continuam a ocorrer, trazendo inovações para a sociedade e com novas consequências para os arquivos, que ainda haveremos de analisar no futuro.

## 5 CONCLUSÃO

Este texto teve como propósito debater alguns dos aspectos embutidos nos contextos arquivísticos custodiais e pós-custodiais, vistos algumas vezes de uma forma dicotômica, tomando-se uma posição a respeito. Para isso, escudamo-nos num desenho metodológico que privilegiou os espaços científicos internacionais de interlocução da Arquivologia, nos últimos 40 anos, sendo esta uma forte condicionante dos nossos resultados, e seguimos por uma linha retrospectiva dos diversos assuntos.

Como consequência, efetuamos num primeiro plano uma brevíssima análise das bases fundacionais da Arquivologia, assentadas há pouco mais de 100 anos, para então centrarmos as nossas reflexões nas mudanças tecnológicas experimentadas a partir dos anos 70 do século XX, demonstrando como se relacionam com a emergência de uma Arquivologia Contemporânea, centrada nos problemas gerados pelo aumento inesperado dos documentos eletrônicos nos arquivos, bem como, e em consequência, nos impactos gerados na teoria e na prática da profissão.

---

<sup>60</sup> Para além de ser um dos eixos centrais de articulação deste livro, para o qual honrosamente contribuímos com a escrita do presente capítulo, a complexidade é definida por Morin (1997, p. 14) não como uma “complicação”, mas a partir da etimologia da palavra “complexo” (*com + plexus*), que significa o que é tecido junto, emaranhado.

Assim, e num primeiro momento, identificamos três etapas ou fases de evolução tecnológica: “era do *mainframe*” (anos 40 a 70), “era do computador pessoal” e “era das redes” (início dos anos 80 em diante). Em cada um destes períodos, verificamos que a Arquivologia esteve às voltas com problemas que ecoaram na literatura específica, a partir dos seus centros irradiadores. Assim, no decorrer dos anos 70 e inícios dos 80, identificamos a emergência de uma primeira geração de arquivistas que empreendeu os seus enfrentamentos. Ora criticada pelos falsos começos, ora aclamada pela coragem, esta primeira geração avançou até um certo ponto, dando lugar a uma segunda, que iniciou os seus embates dos anos 90 em diante, a quem se confiou a responsabilidade inalienável pela solução dos problemas cruciais, que dizem respeito à preservação de documentos arquivísticos de valor permanente, sob condições de integridade e em longo prazo.

Igualmente, procuramos examinar os documentos arquivísticos provenientes destes novos contextos. Desta análise emergiu uma série de características complexas herdadas, quer do contexto arquivístico, quer do contexto tecnológico. A sua sistematização apoiou-nos na identificação e na contextualização dos problemas e/ou desafios mais significativos enfrentados pelos/as arquivistas, bem como na incursão pelas diversas soluções que vêm sendo propostas. Os desafios que se apresentaram aos/às arquivistas nos novos contextos foram igualmente examinados, concluindo-se que a pró-atividade tem de ser a sua marca, bem como o seu envolvimento em tarefas que vão além dos desafios que lhes eram impostos nos contextos custodiais, tais como a promoção do acesso e a interação com os/as usuários/as nos novos ambientes de partilha e de difusão da informação. Como complemento, a gestão e a representação da informação, como ficou claro, jogam uma tarefa capital nos novos contextos. A primeira, pelo fato de embutir momentos considerados de risco na manutenção dos documentos eletrônicos, que importam controlar e de um modo categoricamente efetivo. A segunda, em função do seu papel claramente minimizador desses mesmos riscos e da sua relação direta com as tarefas dos/as usuários/as.

Como corolário do estudo realizado, encontramos pontos de contato entre as aparentemente distintas abordagens, o que, a nosso ver, as leva

à complementariedade; e, por este raciocínio, passamos a compreender a “Arquivologia Pós-Custodial” como uma emergência dos novos contextos e não como um conceito absoluto ou como uma realidade dicotômica, que nega realidades anteriores.

## REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. Ampliación del uso social de los archivos: estrategias y perspectivas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS DE TRADIÇÃO IBÉRICA, 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Brasília: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <[38](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0ahUKEwjZhPyhh-dXKAhXGtBQKHbuFCHMQFgg6MAM&url=http%3A%2F%2Fwww.arquivonacional.gov.br%2Fdownload%2Framonfugueras.rtf&usq=AFQjCNHvCE-TU-qoOeNlnZIo2Qzoo3n83KQ&sig2=kvKOetO1EQa2DzmgnQtu7Q.>.</p><p>BAILEY, C. Archival theory and electronic records. In: T. Nesmith (Ed.). <b>Canadian archival studies and the rediscovery of provenance</b>. Metuchen, London: The Scarecrow Press, 1993.</p><p>BASTIAN, J. A. Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. <b>Archivaria</b>, Ottawa, v. 53, p. 76-93, 2002.</p><p>BEARMAN, D. Automated access to archival information: assessing systems. <b>American Archivist</b>, Chicago, v. 42, n. 2, p. 179-190, 1979.</p><p>_____. Diplomats, weberian bureaucracy, and the management of electronic records in Europe and America. <b>American Archivist</b>, Chicago, v. 55, n. 1, p. 168-181, 1992.</p><p>_____. Moments of risk: identifying threats to electronic records. <b>Archivaria</b>, Ottawa, v. 62, p. 15-46, 2006.</p><p>_____. Record-keeping systems. <b>Archivaria</b>, Ottawa, v. 36, p. 16-36, 1993.</p><p>BERNER, R. Toward national archival priorities: a suggested basis for discussion. <b>American Archivist</b>, Chicago, v. 45, n. 2, p. 164-174, 1982.</p><p>BRADSHER, J. G. An introduction to archives. In: J. G. Bradsher (Org.). <b>Managing archives and archival institutions</b>. London: Mansell Publishing Limited, 1990. p. 1-17.</p><p>CASTELLS, M. <b>A era da informação: economia sociedade e cultura</b>. In: A sociedade em rede. v. 1, 3. ed. Tradução: LEMOS, A.; LORGA, C.; SOARES, T. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.</p><p>CIA, Conselho Internacional de Arquivos. <b>Guide for managing electronics records from an archival perspective</b>. Paris: Committee on Electronic Records, 1997.</p></div><div data-bbox=)

- CONWAY, P. **Preservation in the digital world**. Washington: The Commission on Preservation and Access, 1996.
- COOK, M. Applying automated techniques to archives administration: a commentary on the present situation and areas of likely progress. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 39, n. 2, p. 73-84, 1983.
- COOK, T. Easy to byte, harder to chew: the second generation of electronic records archives. **Archivaria**, Ottawa, v. 33, p. 202-216, 1991.
- \_\_\_\_\_. **It's 10' o'clock: do you know where your data are?** 1994. Disponível em: <<http://web.mit.edu/afs/athena/org/techreview/www/articles/dec94/cook.html>>.
- COX, R. **The first generation of archivists in the United States: a study in professionalization**. Binghamton: The Haworth Press, 1994.
- DOLLAR, C. Appraising machine-readable records. **American Archivist**, Chicago, v. 41, n. 4, p. 423-430, 1978.
- \_\_\_\_\_. Archivists and record managers in the information age. **Archivaria**, Ottawa, v. 36, p. 37-52, p. 1993.
- DOLLAR, C.; GEDA, C. Archivists, archives, and computers: a starting point. **American Archivist**, Chicago, v. 42, n. 2, p. 149-193, 1979.
- DURANTI, L. **Diplomatics: new uses for an old science**. Lanham: Scarecrow Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Reliability and authenticity: the concepts and their implications. **Archivaria**, Ottawa, v. 39, p. 5-10, 1995.
- \_\_\_\_\_. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, n. 3, p. 213-218, 1997.
- DURANTI, L.; FRANKS, P. C. **Encyclopedia of archival science**. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield, 2015.
- FERREIRA, A. B. de H. **Estabilidade**. In: Dicionário Aurélio Eletrônico: século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, M. C. V. **A arquivística sob o signo da mudança: cenários arquivísticos (re) desenhados pelo documento eletrônico**. 2009. Tese (Doutorado em Biblioteconomia y documentación) - Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2009.
- GAGNON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística: considerações históricas. In: ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. (Org.). **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- HAM, G. Archival strategies for the post-custodial era. **American Archivist**, Chicago, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.
- HEDSTROM, M. **Descriptive practices for electronic records: deciding what is essential and imagining what is possible**. **Archivaria**, Ottawa, v. 36, p. 53-63, 1993.

\_\_\_\_\_. **Understanding electronic incunabula:** a framework for research on electronic records. **American Archivist**, Chicago, v. 54, n. 3, p. 334-354, 1991.

HORSMAN, P. The last dance of the phoenix, or the de-discovery of the archival fonds. **Archivaria**, Ottawa, v. 54, p. 1-23, 2002.

HUSKAMP, P. T. Archival principles and records of the new technology. **American Archivist**, Chicago, v. 47, n. 4, p. 383-393, 1984.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

KESNER, R. Automated information management: is there a role for the archivist in the office of the future? **Archivaria**, Ottawa, v. 19, p. 162-172, 1984.

LIU, Z. The evolution of documents and its impacts. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 60, n. 3, p. 279-288, 2004.

MACNEIL, H. **Trusting records:** the evolution of legal, historical, and diplomatic methods of assessing the trustworthiness of records, from antiquity to the digital age. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade da Colúmbia Britânica, Vancouver, Canadá, 1998.

MALLINSON, J. Preserving machine-readable archival records for the millenia. **Archivaria**, Ottawa, v. 22, p. 147-152, 1986.

MENNE-HARITZ, A. Access: the reformulation of an archival paradigm. **Archival Science**, New York, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

MORIN, E. Problemas de uma epistemologia complexa. In: CASTRO, G. (Coord.). **Complexidade**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MÜLLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

NEGREIROS, L. R. **Sistemas eletrônicos de gerenciamento de documentos arquivísticos:** um questionário para escolha, aplicação e avaliação. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007.

O'TOOLE, J. On the idea of permanence. **American Archivist**, Chicago, v. 52, n. 1, p. 10-25, 1989.

\_\_\_\_\_. On the idea of uniqueness, **American Archivist**, Chicago, v. 57, n. 4, p. 13-37, 1994.

SCHELLEMBERG, T. R. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. **American Archivist**, Chicago, v. 29, p. 493-504, 1966.

SELLEN, A. J.; HARPER, R. H. R. **The myth of the paperless office**. Cambridge: The MIT Press, 2002.

SKEMER, D. Diplomats and archives. **American Archivist**, Chicago, v. 52, n. 3, p. 376-382, 1989.

TAYLOR, H. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? **Archivaria**, Ottawa, v. 25, p. 12-28, 1987.

TSCHAN. Conclusion. In: DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (Ed.). **Encyclopedia of archival science**. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield, p. 35, 2015.

VAJCNER, M. **Maintaining our documentary heritage: the challenge of electronic records archives at the University of Manitoba**. 1997. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade de Manitoba, Manitoba, 1997.